

## A produção do espaço urbano capitalista: o arquiteto como intelectual orgânico

RAFAEL ROSSI\*

ALINE C. SANTANA ROSSI\*\*

### Resumo

Através deste artigo iremos problematizar a figura do arquiteto e urbanista tendo como referência o conceito de intelectuais orgânicos desenvolvido pelo filósofo marxista Antonio Gramsci. Nossa discussão evidencia como a classe de arquitetos pode contribuir para a manutenção da produção do espaço urbano regido nos dias atuais sob o desenvolvimento socioespacial do capitalismo ou servir para apontar as críticas contra essa ordem social, executando ações e projetos que chamem para a ação, para o engajamento e embate político a classe trabalhadora que comumente é excluída das tomadas de decisão que resultam, em muitos casos, em intervenções alienadas e alienantes pelo tecido urbano.

**Palavras chave:** Estado, Intelectuais Orgânicos, Espaço Urbano.

### Abstract

Through this article we will discuss the figure of the architect and urban planner with reference to the concept of organic intellectuals developed by Marxist philosopher Antonio Gramsci. Our discussion shows how the class architects can contribute to the maintenance of the production of urban space governed today under development or socio-capitalism serve to point the criticisms against this social order, performing actions and projects that call for action, for engagement and political struggle that the working class is commonly excluded from decision-making interventions that result in alienating and alienated by the urban space.

**Key words:** State, Organic Intellectuals, Urban Space.



\* **RAFAEL ROSSI** é mestrando em Geografia Urbana na UNESP/FCT de Presidente Prudente – SP.

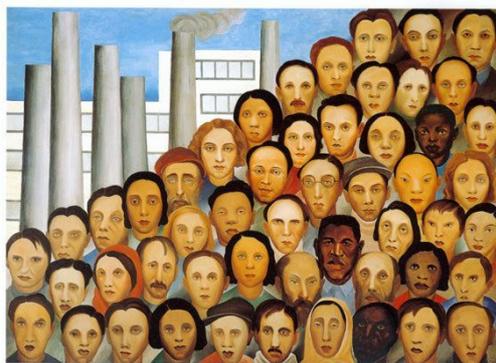
\*\* **ALINE C. SANTANA ROSSI** é Graduada em Pedagogia pela UNIESP de Presidente Prudente (SP) e Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na UNIOESTE.

## Introdução

O presente texto tem por finalidade servir de instrumento para explicitar nossas discussões, oriundas de estudos embasados teoricamente, a respeito do posicionamento do arquiteto frente ao processo de produção do espaço urbano inserido no modo de produção capitalista. Admitimos tal processo como fruto de especulações e ações de diversos agentes que consomem e produzem o espaço em articulações trans-escalares, isto é, resultam de um movimento mais amplo que perpassa lógicas fundamentadas na escala do local, porém que se submetem e dialogam constantemente com premissas internacionais, a saber: a globalização.

Para atingir nosso objetivo, tomamos por base o conceito de intelectuais orgânicos discutido na obra de Antonio Gramsci. Buscamos explorar a dimensão política, centralizando na figura do arquiteto enquanto agente imbuído de arsenal teórico e prático na promoção de estratégias que entrem em consenso ou em disputa com as decisões impostas, em muitos casos, por grupos privados de poder; dispoño ainda de habilidades cognitivas capazes de explicitar o caráter histórico presente em muitas edificações dispostas no tecido urbano.

Concordamos com a assertiva presente em Marcuse (2009) quando o autor argumenta sobre os elementos presentes em uma teoria social crítica: a necessidade de *expor*, *propor* e *politizar*. Sendo assim, nossa meta também constitui em defender um



Operários, de Tarsila do Amaral

posicionamento crítico arquitetônico sobre as decisões presentes nas transformações da paisagem urbana, isto é: precisamos unir debates e mobilizações que combatam a

disposição despótica de certos grupos privados no

ordenamento dos equipamentos e edificações públicas. Isso se dá, já que partimos do pressuposto de que tais intervenções não são aleatórias ou abstratas. Na contramão desse raciocínio, entendemos tais ações fruto da vontade política de alguns agentes que amparados, em muitas vezes, pela conivência estatal empreendem seus projetos sem grandes objeções ou barreiras.

Dividiremos o texto em duas partes: a primeira com a discussão sobre a produção do espaço urbano e a atuação do Estado Capitalista, problematizando frente ao “arquiteto orgânico”; já na segunda parte reservamos nossas considerações a respeito da discussão aqui em pauta. Contudo, vale afirmar que não pretendemos encerrar de maneira inflexível e rígida o diálogo que estamos propondo. Nesse aspecto, críticas e sugestões são bem vindas para caminharmos juntos na promoção de iniciativas mais democráticas de decisões urbanísticas que priorizem a participação e inclusão e não se fechem em discursos progressistas desenraizados, preocupados tão somente na manutenção da lógica de acumulação do capital.

## A produção do espaço urbano e o arquiteto orgânico

Entendemos que o atual modo de produção<sup>1</sup> do espaço urbano incorpora, cada vez mais em sua lógica, o acúmulo das desigualdades sociais, acentuando sobremaneira os processos excludentes. Os agentes que produzem e consomem o espaço urbano, são agentes sociais concretos, e não processos aleatórios ou abstratos. Sua ação é complexa, variando de acordo com o acúmulo de capital, as necessidades – que podem mudar – de reprodução das relações de produção e dos conflitos que podem emergir, de acordo com a discussão de Corrêa (1989). Além disso, esses agentes articulam-se na conformação de grupos presentes em órgãos públicos e privados, como estratégia de garantir seus interesses e ambições, desembocando em embates de toda ordem para permanecerem como grupos hegemônicos nas decisões políticas a serem tomadas.

Outra consideração importante, pontuada por Corrêa (1989), diz respeito à ação desses agentes. Essa ação se dá em um marco jurídico, que não é neutro, por refletir o interesse de agentes dominantes e, ainda, permitir transgressões de acordo com o interesse desses agentes.

Com as fortes transformações ocorridas nas últimas décadas, o Estado tem um papel ativo na produção das desigualdades sociais e na acentuação dos processos excludentes. Podendo atuar diretamente no papel de grande industrial, de consumidor de espaço, de proprietário fundiário, de agente que regula o uso do solo, o Estado cria e mantém condições para a reprodução da

sociedade capitalista. Imbuído de regulamentos legais para realizar e executar tais atividades, o Estado irá exprimir, por meio de suas decisões, o interesse do grupo hegemônico em pauta, visto que em seu interior há o embate dos diversos grupos sociais.

Na visão de Bottomore (2001), o conceito de Estado é de fundamental relevância para o marxismo, que o irá considerar como uma instituição cuja função é assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe. Engels (apud BOTTOMORE, 2001, p. 134) afirma que o Estado é, em geral, “o Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que, por meio dele, torna-se igualmente a classe politicamente dominante, adquirindo, com isso, novos meios de dominar e explorar a classe oprimida”. Bottomore (2001, p. 136) afirma ainda que:

O marxismo clássico e o leninismo sempre ressaltaram o papel coercitivo do Estado, quase que com a exclusão de todos os outros aspectos: o Estado é essencialmente a instituição pela qual uma classe dominante e exploradora impõe e defende seu poder e seus privilégios contra a classe ou classes que domina e explora.

No entanto, o Estado é aqui compreendido não como um espaço homogêneo e totalmente ilhado ou separado das outras esferas sociais, mas sim de maneira complexa: como uma multiplicidade de atores estatais e de lógicas de ação pública. Em consonância a essa linha de análise, Lojkine (1997) entende o Estado como principal agente da distribuição social e espacial dos equipamentos urbanos para as diversas classes. O Estado, portanto irá refletir ativamente as contradições e as lutas de classe. As desigualdades sociais e os processos de exclusão

<sup>1</sup> Relacionado à produção de bens e mercadorias e, também, às relações sociais, valores, costumes etc. (DAMIANI; CARLOS; SEABRA, 1999).

serão, portanto, produzidos por diversos agentes, entre eles a esfera estatal.

Ana Fani Alessandri Carlos (2007) afirma que, no nível político, o Estado atua na produção do espaço urbano por meio: da criação e do reforço de centralidades (como forma de dominação); da hierarquização dos lugares (importância nas estratégias de reprodução); da imposição de sua presença; do controle e da vigilância, mediados pela norma. A autora continua:

O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua nacionalidade), produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. É, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação, usando como meio as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando/desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar” (CARLOS, 2007, p. 52).

Percebe-se o caráter conflituoso imanente a esse agente produtor do espaço urbano – o Estado –, uma vez que é constituído por diferentes grupos sociais com interesses e objetivos divergentes e se utiliza de táticas que envolvem diversas escalas de poder, para garantir sua hegemonia e projetos. Para Rodrigues, o Estado faz-se presente e ao mesmo tempo ausente no espaço urbano:

A presença e aparente ausência do Estado aprofundam contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A presença diz respeito, entre outras dinâmicas, à definição

do salário mínimo, às normas jurídicas de apropriação e propriedade da terra, à legislação de uso da terra e edificações, à implantação de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo. O Estado parece ausente ao definir salários insuficientes para a reprodução da vida, não prover o acesso universal aos meios e equipamentos de uso e consumo coletivo (RODRIGUES, 2007, p. 74).

Com relação à ausência e/ou presença do Estado, entendemos que essas manifestações e práticas relacionam-se diretamente aos embates entre os grupos que se organizam em seu interior. Quando atestamos sua presença, constatamos a materialização de uma decisão de intervenção que prevaleceu nas disputas internas e que, somente assim, conseguiu transbordar e se manifestar na realidade. A não intervenção também diz respeito a uma tomada de decisão que envolveu discussões e lutas políticas para se efetivar, se tornar visível e possível.

A partir dessas breves considerações, podemos perceber quem, enquanto disputa de poder entre grupos, o Estado pode acentuar as desigualdades sociais e, com isso, intensificar o processo de exclusão, como também possibilitar a utilização de informações e dados sociais no fomento a ações que propiciem uma maior justiça social. Dessa forma a exclusão possui um aspecto imanente à sua (re) produção, que diz respeito à sua contradição, oriunda das escolhas e opções de agir ou não agir do Estado, visto que ele pode acelerar esse processo ou diminuí-lo e combatê-lo.

Na atualidade vivenciamos uma falta de comprometimento do Estado Capitalista na preservação de edificações históricas em cidades médias paulistas. Quando se

opta por preservar e tombar culturalmente algum prédio, verificamos que tal decisão visa atender de maneiras implícitas e sinuosas algum grupo privado de poder, seja pela especulação turística, seja através de incentivos e vantagens fiscais. Por outro lado, assistimos a proliferação de intervenções que se preocupam com o recuo de calçadas das praças históricas de tais cidades, com intuito de facilitar a circulação de automóveis para atender interesses de alguns comerciantes e empresários. Isto por sua vez, em nossa compreensão, chama a atenção para o caráter despótico de tais atitudes, não levando em consideração a opinião da população que consome o espaço urbano, excluindo-a compulsoriamente de tais discussões impregnadas por âmbitos herméticos à participação.

A exclusão manifesta-se diariamente em localidades pobres, porém ela é produzida nos lugares de inclusão. A lógica de manter o processo que configura a exclusão social não é formulada e decidida nas áreas pobres, mas sim onde são realizadas as decisões políticas, como, por exemplo, Estado, maçonarias, organizações industriais e de agronegócio etc. Ou seja, nosso ponto de vista consiste em defender a ideia que, aumentando o poder das áreas – como os bairros em processo de exclusão nas esferas de debates sobre as políticas públicas –, aumentam-se também as possibilidades de criação e de desenvolvimento de lógicas que combatam esse processo, pautado na geração de injustiças em diversas escalas.

A exclusão não permite, dessa forma, que haja cidadãos em localidades que vivenciam essa situação. Essa perspectiva está pautada na ideia de que esse processo não ocorre de forma abstrata ou aleatória, mas sim é

regulado e firmado por grupos hegemônicos que, em relação às famílias mais pobres, se preocupam somente em capacitá-las profissionalmente para atender às suas necessidades de qualificação de mão-de-obra. Contudo, este país possui uma enorme população que necessita, por meio de serviços públicos de qualidade, de recursos mínimos para ter uma condição digna de vida. Mesmo que este patamar já esteja sendo alcançado, a participação política – não somente por meio do voto – é imprescindível para inverter a atual ordem de fluxo de poder que caracteriza e acentua o processo de exclusão.

Utilizando o conceito de intelectuais orgânicos, Gramsci (1985) chama a atenção para a mobilização e o engajamento político. Para o autor, o intelectual insere-se como mediador entre a sociedade política e a sociedade civil, tendo uma função de suma relevância na construção de uma hegemonia da classe trabalhadora ou da classe burguesa, vide o liberalismo econômico defendido por pensadores como Adam Smith e David Ricardo e o socialismo científico argumentado e debatido por Karl Marx e Engels (os dois primeiros enquanto intelectuais orgânicos hegemônicos e os dois últimos desempenhando função de intelectuais contra hegemônicos e a favor da classe operária). De acordo com Gramsci (1985) entendemos que:

- O intelectual da sociedade burguesa se distancia da concepção tradicional de intelectual em que este é o “verdadeiro detentor de conhecimento”.
- O intelectual moderno é aquele capaz de organizar sua própria classe e os organismos de gestão da

sociedade, com intuito de defesa de um ideário e uma ordem social;

- São os intelectuais enquanto coletividade, aqueles capazes de difundir e disseminar ideologias;
- O intelectual relaciona-se diretamente à hegemonia em questão de determinado período histórico: combatendo-a ou fortalecendo-a.

Isto que dizer: o arquiteto possui a capacidade de mobilização pelo resgate da história, pela problematização do tombamento cultural e sua divulgação junto à população excluída de tais debates e conflitos. Por isso defendemos a união mobilizadora de forças para maiores reivindicações e participação junto às esferas de poder, comumente herméticas, rígidas e inflexíveis.

Chamamos a atenção para o segundo e último itens de nosso entendimento a respeito do conceito de intelectual orgânico presente na obra de Gramsci (1985). Acreditamos que o arquiteto e urbanista pode ser um intelectual contra hegemônico a favor da classe trabalhadora, se organizando e combatendo intervenções urbanísticas que atendam uma minoria em detrimento da população que trabalha e que produz o espaço urbano. Isso ocorre, já que entendemos que o arquiteto e urbanista possui, em geral, formação crítica e capacidade técnica e cognitiva para elaboração de projetos habitacionais, por exemplo, que estimulem a participação do público a ser usuário dessa política pública, isto é, que trabalhe rumo a uma arquitetura da participação, que inclua no círculo de discussões políticas sobre tais projetos quem dele irá se utilizará, caminhando

dessa forma para patamares de engajamento e não de intervenções alienadas e alienantes com intuito de favorecer determinado grupo empresarial.

Também compreendemos que os arquitetos e urbanistas podem desenvolver ações como intelectuais contra hegemônicos e a favor da classe trabalhadora, quando ocupam cargos na administração pública. O arquiteto que abandona o mercado de construção para as elites econômicas e dedica-se a trabalhar em uma esfera e órgão público, pode ajudar na divulgação de ações e intervenções que serão realizadas na produção do espaço urbano, também despertando a vontade de participação política e da crítica junto a população, como por exemplo, no caso de um tombamento histórico de um prédio público. Em geral em municípios de porte médio tais empreitadas são levadas a cabo sem consulta pública, beneficiando um ou outro agente e/ou grupo privado e inclusive servindo de meio para a exploração através do mercado de turismo. O arquiteto enquanto intelectual orgânico contra hegemônico é aquele que divulga tais informações, chama para o debate a classe trabalhadora e ajuda a preservar a memória edificada no tecido urbano, para que antigos teatros e cinemas, por exemplo, não se tornem novas lojas de departamentos ou instituições financeiras que enriqueceram e fortaleceram a classe burguesa e a ordem capitalista vigente.

### **Considerações finais**

Nosso esforço nesse breve ensaio foi problematizar, através da crítica, as intervenções que modificam a paisagem urbana e não levam em consideração a opinião e participação cidadã das populações, em especial, nas cidades de

porte médio paulistas. Assim, o arquiteto encontra-se como intelectual orgânico: conivente e inserido na lógica de acumulação de capital, a favor de interesses de grupos que exercem hegemonia de poder amparados pela conivência estatal ou pode se inserir no engajamento político pela práxis transformadora e democrática de inclusão e divulgação de tais embates e discussões, a fim de chamar para o debate a população de cidadãos que consomem o espaço urbano.

Em um Estado caracterizado por embates que se baseiam no exercício de poder, onde interesses privados prevalecem nas fases de elaboração e implementação das políticas públicas, por exemplo, mesmo quando aceitas pela população em geral, não pode ser verificada a existência da democracia, visto que as decisões ocorrem em um processo vertical e piramidal, com uma minoria que escolhe, comanda e mascara suas intenções, promovendo suas práticas (por meio das políticas) para a manutenção de sua situação de governantes. Essa perspectiva nos abre caminho para investir em formas de ampliar o entendimento a respeito de como esses arranjos de poder excluem os segmentos de menor poder aquisitivo

das etapas decisórias, e mais, como isso é ratificado pelo Estado e aceito pela população. Nesse sentido, acreditamos na mobilização de arquitetos orgânicos contra hegemônicos à lógica do capital com vistas a fortalecer a coletividade e a mobilização, elementos fundamentais para combater o processo de exclusão social.

#### Referências

- BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2001.
- CARLOS, A. F. A. **Diferenciação Socioespacial**. In: Revista Cidades, v.4, n.6, 2007.
- CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Bom Livro, 1989.
- DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. **O Espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Ed. Contexto, 1999.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MARCUSE, P. **From critical urban theory to the right to the city**. *City* 13: 185–197. 2009
- RODRIGUES, A. M. **Desigualdades socioespaciais – A luta pelo direito à cidade**. In: Revista Cidades, v. 4, n.6, 2007.